

Vision Engenharia e Consultoria S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253EB-109-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Vision Engenharia e Consultoria S.A.
Nova Lima – MG

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Vision Engenharia e Consultoria S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas explicativas, incluindo as principais políticas materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vision Engenharia e Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Ágio gerado internamente contabilizado no investimento

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2013, ágio referente à aquisição da Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A. no montante de R\$ 16.065 mil.

Esta incorporação teve como objetivo realizar a reestruturação interna da Companhia e, conseqüentemente, o ágio deveria ser contabilizado, como resultado desta operação, diretamente no Patrimônio Líquido, na conta de “Lucros acumulados” conforme requerem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, não foi apresentado pela administração, estudo econômico-financeiro para a manutenção do respectivo Ágio nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Como consequência, o Ativo não circulante e o Patrimônio líquido estão superavaliados pelo respectivo montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por nós, cujo relatório foi emitido em 28 de março de 2024, com modificação, referente a mesma ressalva deste relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC MG-015.704/F-3



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Vision Engenharia e Consultoria S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	841	3.943	863	3.967
Clientes	5	99.015	161.137	99.015	161.137
Estoques	6	44.268	69.731	44.807	70.269
Adiantamentos	7	29.721	50.686	29.848	50.813
Impostos a recuperar	8	4.750	7.194	5.278	7.723
Partes relacionadas	9	136	21.193	110	15.172
Despesas antecipadas	-	602	846	602	846
Total do ativo circulante		179.333	314.730	180.523	309.927
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	7.034	18.392	7.034	18.392
Outros ativos	-	105	105	105	105
Partes relacionadas	9	4.398	-	4.485	87
Impostos Diferidos	8.1	11.631	11.631	11.631	11.631
Investimentos	10	16.574	16.065	-	-
Imobilizado	11	7.408	9.544	7.413	9.551
Intangível	12	5	11	16.070	16.076
Direito de uso	13	4.131	4.903	4.131	4.903
Total do ativo não circulante		51.286	60.651	50.869	60.745
Total do ativo		230.619	375.381	231.392	370.672

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vision Engenharia e Consultoria S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	14	19.224	53.495	19.254	53.525
Empréstimos e financiamentos	15.1	8.784	18.069	8.784	18.069
Obrigações sociais e tributárias	16	15.358	19.265	15.452	19.359
Debêntures	15.2	6.349	14.286	6.349	14.286
Adiantamentos de clientes	17	67.353	155.744	67.640	156.031
Parcelamentos tributários	16	3.209	178	3.209	181
Equipamentos de terceiros	-	2.345	2.658	2.657	2.970
Dividendos a pagar	18.4	3.923	7.408	3.923	7.408
Arrendamentos	13	390	1.159	390	1.159
Total do passivo circulante		126.935	272.262	127.658	272.988
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15.1	4.638	9.672	4.638	9.672
Adiantamento de clientes	17	62	62	62	62
Parcelamentos tributários	16	13.469	258	13.469	258
Debêntures	15.2	17.460	21.429	17.460	21.429
Arrendamentos	13	4.209	4.048	4.209	4.048
Provisão para riscos	23	33	402	83	460
Outras provisões	-	-	315	-	315
Provisão para perda de investimentos	10	-	5.493	-	-
Total do passivo não circulante		39.871	41.679	39.921	36.244
Patrimônio líquido					
Capital social	18.1	4.172	3.000	4.172	3.000
Reservas de ágio	18.2	17.875	17.875	17.875	17.875
Reserva legal	18.3	756	601	756	601
Reserva lucros	18.3	20.662	18.444	20.662	18.444
Reserva de incentivo fiscal	18.6	20.348	20.348	20.348	20.348
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	18.5	-	1.172	-	1.172
Total do patrimônio líquido		63.813	61.440	63.813	61.440
Total do passivo e patrimônio líquido		230.619	375.381	231.392	370.672

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vision Engenharia e Consultoria S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	19	247.818	368.145	247.818	368.145
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(202.536)	(333.209)	(202.579)	(333.224)
Lucro bruto		45.282	34.936	45.239	34.921
Despesas gerais e administrativas					
Despesas gerais e administrativas	21	(13.212)	(13.456)	(13.222)	(13.466)
Outras receitas	20	-	8.788	55	8.788
Equivalência patrimonial	10.b	(19)	(49)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		32.051	30.219	32.072	30.243
Receitas financeiras	22	1.433	4.753	1.433	4.753
Despesas financeiras	22	(30.372)	(22.871)	(30.393)	(22.894)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		3.112	12.101	3.112	12.102
Imposto de renda diferido	26	-	12.428	-	12.427
Contribuição social diferida	26	-	4.520	-	4.520
Lucro líquido do exercício		3.112	29.049	3.112	29.049
Número de ações (lote mil)	-	4.172	3.002	4.172	3.002
Lucro líquido por ação (em reais)		0,75	9,68	0,75	9,68

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vision Engenharia e Consultoria S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	3.112	29.049	3.112	29.049
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente	3.112	29.049	3.112	29.049

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vision Engenharia e Consultoria S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de ágio	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Subtotal	AFAC	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivo fiscal				
Saldos em 31 de dezembro de 2022		3.000	17.875	601	15.383	1.634	-	38.493	1.172	39.665
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	29.049	29.049	-	29.049
Dividendos distribuídos mínimos	18.4	-	-	-	-	-	(7.274)	(7.274)	-	(7.274)
Transferência para reserva de lucros	18.4	-	-	-	3.061	18.714	(21.775)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.000	17.875	601	18.444	20.348	-	60.268	1.172	61.440
Integralização de Capital	18.5	1.172	-	-	-	-	-	1.172	(1.172)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.112	3.112	-	3.112
Dividendos distribuídos mínimos	18.4	-	-	-	-	-	(739)	(739)	-	(739)
Transferência para reserva legal	18.3	-	-	155	-	-	(155)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	18.4	-	-	-	2.218	-	(2.218)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.172	17.875	756	20.662	20.348	-	63.813	-	63.813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vision Engenharia e Consultoria S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		3.112	29.049	3.112	29.049
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício:					
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	2.940	2.205	2.942	2.207
Juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamentos	15.1, 15.2 e 16	9.163	15.492	9.163	15.492
Equivalência patrimonial	10.b	19	49	-	-
Provisão para riscos	23	(369)	(273)	(377)	(287)
Juros sobre arrendamento	13	565	-	565	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	5	-	3.662	-	3.662
(Aumento) redução de ativos					
Clientes	5	62.122	(31.214)	62.122	(31.214)
Créditos a receber	7	20.965	3.502	20.965	3.502
Impostos a recuperar	8	2.444	(16.165)	2.445	(16.165)
Estoques	6	25.463	(38.582)	25.462	(38.581)
Despesas antecipadas	-	244	542	244	542
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	14	(34.271)	13.117	(34.271)	13.125
Obrigações sociais e tributárias	16	(3.907)	1.629	(3.907)	1.630
Adiantamentos de clientes	17	(88.391)	48.174	(88.391)	48.174
Parcelamentos tributários	16	16.242	(4)	16.239	(8)
Outras obrigações	-	(628)	1.528	(628)	1.528
Caixa gerado pelas atividades operacionais antes dos pagamentos de juros		15.713	32.711	15.685	32.656
Pagamento de juros	13, 15.1 e 15.2	(8.420)	(7.240)	(8.420)	(7.240)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		7.293	25.471	7.265	25.416
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	4	11.358	5.776	11.358	5.776
Aquisição de imobilizado e intangível	11	(26)	(5.827)	(26)	(5.827)
Integralização de capital	10	(6.021)	-	-	-
Caixa aplicado (gerado pelas) nas atividades de investimento		5.311	(51)	11.332	(51)
Fluxo de caixa de atividade de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	15.1	4.240	26.960	4.240	26.960
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	15.1, e 15.2	(31.760)	(60.368)	(31.760)	(60.368)
Pagamento de arrendamento mercantil	13	(621)	(311)	(621)	(311)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento com acionistas					
Dividendos pagos	18.4	(4.224)	(4.442)	(4.224)	(4.442)
Partes relacionadas	9	16.659	14.107	10.664	14.155
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(15.706)	(24.054)	(21.701)	(24.006)
Aumento (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		(3.102)	1.366	(3.104)	1.359
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	3.943	2.577	3.967	2.608
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	841	3.943	863	3.967
Aumento (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		(3.102)	1.366	(3.104)	1.359

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Vision Engenharia e Consultoria S.A. [Companhia], constituída no exercício de 2008, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Contagem/MG e filial em Nova Lima/MG.

Tem como objetivo a consultoria e assessoria nas áreas de engenharia elétrica e automação em geral; elaboração e avaliação de projetos de engenharia elétrica; desenvolvimento de sistema de automação e de informação em geral; construção civil; comércio varejista de equipamentos elétricos e de automação industrial, entre outros.

A Companhia passou por uma reestruturação societária na qual passou a ser uma sociedade por ações de capital fechado em 09 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os acionistas deliberaram pela aquisição da Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A., tornando-se a Vision Engenharia e Consultoria S.A., controladora da Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A.

A Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A. atua na fabricação de aparelhos e equipamentos para controle e distribuição de energia elétrica; serviços de instalação de máquinas e equipamentos industriais; construção civil e tem sede em Contagem/MG.

A seguir, apresentamos o percentual de participação na controlada direta:

	Participação %	
	31/12/2024	31/12/2023
Controlada direta		
Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A.	100,00%	100,00%

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias consolidadas.

Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: **(i)** eliminação dos investimentos em companhias controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais; **(ii)** eliminações correspondentes aos saldos que representem transações entre a controlada e a controladora.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a divulgação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 28 de março de 2025, considerando os eventos subsequentes até esta data.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas, além das demonstrações contábeis individuais da Companhia, estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis, também preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua Controlada. Todas as demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais políticas contábeis

a) Base de consolidação

A Vision Engenharia e Consultoria S.A. inclui, em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações contábeis da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações Contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações Contábeis consolidadas.

b) Investimentos em controladas

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo e, posteriormente, adicionado às mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da controladora em suas controladas. A controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e sua controlada consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d) Clientes

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Companhia e sua controlada constituem perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, quando a Administração entende ter indicação de perda na realização de tais créditos.

e) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados pelo custo de aquisição ou custo médio.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício. Os gastos com manutenção dos ativos são alocados diretamente ao resultado do exercício na medida em que são efetivamente dispendidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que for baixado.

g) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada.

h) Arrendamentos mercantis operacionais

O CPC 06 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

i) Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal/presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores envolvidos de maneira confiável e cuja expectativa de desembolso seja considerada provável.

j) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e sua controlada analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo e **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

k) Impostos

Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor no Brasil na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos adquiridos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando:

- Os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

l) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis em prazo superior a doze meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

m) Reconhecimento da receita

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes obedece à norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos.

As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação; e
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete à expectativa que a Companhia e de sua controlada têm de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente, conforme Nota Explicativa nº 19.

Venda de prestação de serviços – Construção

A receita de construção é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC).

A receita de projetos em curso de execução é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante. A variação entre o custo total orçado, atualizados e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração.

Os serviços faturados a executar referem-se às faturas emitidas pelo cliente, de acordo com o cronograma financeiro do contrato, porém ainda existem custos a incorrer referentes à compromissos com fornecedores, relacionados a estas obras. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica receitas/despesas financeiras.

Demais vendas

Produtos de torre; vendas de materiais e venda de engenharia/testes/outras: são vendas de operação em cadeia de suprimentos de estrutura metálica para torres de energia elétrica. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente.

n) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Impairment de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, compõem parte do saldo da rubrica de “caixa e equivalente de caixa” (Nota Explicativa nº 4).

o) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais, até o exercício findo em 2023, foram reconhecidas somente quando existia segurança razoável de que a Companhia e sua controlada atenderiam às determinações relacionadas e que as subvenções seriam recebidas. Foram reconhecidas sistematicamente na rubrica “Receita operacional líquida” até o final de 2023 em que, a Companhia e sua controlada reconheceram como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendiam compensar. Ao realizar a destinação do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores foram direcionados conforme sua natureza, “Subvenção para investimento”, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício de 2023.

A empresa continua sendo detentora de regime especial que lhe dá direito a crédito presumido de ICMS para alguns de seus produtos comercializados. Em virtude da entrada em vigor da nova lei, foi revogado o artigo 30 da lei 12.2973 de 2014 e o seu parágrafo 4º, exigindo a possibilidade da exclusão dos incentivos fiscais ou financeiros relativos ao ICMS na legislação do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e da CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido).

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i)** O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii)** Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações contábeis;
- iii)** Que a classificação não é afetada pela probabilidade de o Grupo exercer seu direito de adiar; e
- iv)** Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito do Grupo de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de um Grupo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o documento “Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Alterações principais à IFRS 10 no “Volume 11”: As alterações em IFRS 10 são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação

i) Esclarecimento sobre a perda de controle

O IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir.

ii) Avaliação do controle quando há influências externas

A revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/CPC 02: Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando o Grupo consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

O Grupo avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se o Grupo conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade do Grupo de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, o Grupo deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo do Grupo ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como o Grupo estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo. O Grupo pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. O Grupo não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

O Grupo não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 18 - Apresentação e divulgações nas demonstrações contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e introduziu novas exigências para:

- i)** apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii)** apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas Notas explicativas às demonstrações contábeis; e
- iii)** melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

O Grupo deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando o Grupo aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

O Grupo espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 7 e 9: Instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- i)** esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;
- ii)** introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- iii)** esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- iv)** esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente; e
- v)** exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis

Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixas e bancos	841	1.803	863	1.827
Aplicações financeiras	-	2.140	-	2.140
Total	841	3.943	863	3.967

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras são lastreadas em Certificado de Depósitos Bancários (CDB) e operações de títulos com compromisso de recompra pelo banco, todos remunerados diariamente com a rentabilidade de 104% e 102% do Certificado de Depósitos Bancários (CDI), taxa válida para os anos de 2024 e 2023 respectivamente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários (a)	7.034	18.392	7.034	18.392
Total	7.034	18.392	7.034	18.392

(a) O saldo da conta de títulos e valores mobiliários registrada no ativo não circulante corresponde às aplicações nos bancos Sicoob, Safra, Daycoval e Inter. Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração é de 104% da taxa do CDI (102% da taxa do CDI em 31 de dezembro de 2023). Tais aplicações servem de garantia às cartas de fiança e contratações de capital de giro obtidas junto aos bancos.

5. Clientes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Clientes	99.015	164.799
(-) Provisão esperada de créditos de liquidação duvidosa	-	(3.662)
Total	99.015	161.137

As perdas esperadas sobre os títulos vencidos e a vencer são constituídas com base em análise individual histórica dos clientes na realização de suas liquidações e cumprimentos de acordos.. Em 2024, não houve provisão esperada de créditos de liquidação duvidosa.

A abertura da rubrica de clientes por idade de vencimento é composta como segue:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a vencer:		
Até 30 dias	15.028	12.788
De 31 a 60 dias	14.915	11.249
De 61 a 90 dias	290	32.918
De 91 a 180 dias	-	8.126
Acima de 180 dias	68.782	99.718
Duplicatas vencidas:		
Até 30 dias	-	-
Acima de 180 dias	-	-
Total	99.015	164.799

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima	3.059	23.937	3.162	24.038
Mercadoria para revenda	451	403	451	403
Produto em elaboração	31.062	37.304	31.186	37.428
Produto acabado	7.117	1.385	7.117	1.385
Industrialização em poder de terceiros (*)	54	4.044	54	4.045
Produtos de terceiros para industrialização	-	2.658	312	2.970
Equipamentos de terceiros em nosso poder	2.342	-	2.342	-
Equipamentos em poder de terceiros	183	-	183	-
Total	44.268	69.731	44.807	70.269

(*) Refere-se à compra da matéria-prima de determinados produtos para que um terceiro faça o processo de industrialização.

7. Adiantamentos

A composição dos adiantamentos segue demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos a receber				
Adiantamento de férias	259	316	259	316
Adiantamento de salário	1	20	1	21
Adiantamento a fornecedores diversos	26.738	45.673	26.865	45.800
Adiantamento a fornecedores risco sacado (a)	2.512	4.433	2.512	4.433
Adiantamentos para viagens	211	244	211	243
Total	29.721	50.686	29.848	50.813

(a) A operação de risco sacado é uma modalidade de crédito que possibilita que nossos fornecedores antecipem seus recebíveis com vencimentos futuros, realizados junto ao banco Itaú. O banco deposita o valor correspondente ao pedido de compra para o fornecedor e desconta uma taxa de antecipação, variando de 1,5% a 2,0%. A contrapartida é refletida na conta de empréstimos e financiamentos, visto que assumimos a obrigação de quitar a dívida com o banco.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IPI	420	1.897	421	1.904
CSLL	179	-	310	310
IRPJ	171	303	481	320
PIS	618	357	626	357
Cofins	2.119	2.190	2.154	2.190
INSS	2	8	19	10
Créditos PIS e Cofins de ação judicial	20	3	20	3
Outros	1.221	2.436	1.247	2.629
Total	4.750	7.194	5.278	7.723
Circulante	4.750	7.194	5.278	7.723
Não circulante	-	-	-	-
Total	4.750	7.194	5.278	7.723

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1 Impostos Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CSLL diferido	3.079	3.079	3.079	3.079
IRPJ diferido	8.552	8.552	8.552	8.552
Total	11.631	11.631	11.631	11.631
<hr/>				
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	11.631	11.631	11.631	11.631
Total	11.631	11.631	11.631	11.631

9. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são compostas mútuos a receber e foram realizadas em condições de mercado. A Companhia e sua controlada não possuem transações com partes relacionadas que afetam o resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vision Painéis S.A.	26	6.021	-	-
Vision Sistemas Ltda.	110	10.613	110	10.613
Outros	678	678	678	678
Empréstimos a acionistas	2.613	2.613	2.700	2.700
LC Energia Renovável Holding S.A.	1.107	1.268	1.107	1.268
Total	4.534	21.193	4.595	15.259
<hr/>				
Ativo circulante	136	21.193	110	15.172
<hr/>				
Ativo não circulante	4.398	-	4.485	87

9.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas

Os saldos em aberto no encerramento dos exercícios não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou por meio de distribuição de dividendos.

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não contabilizou quaisquer perdas por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

9.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia até 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 34 (R\$ 31 em 2023).

10. Investimentos

As principais informações sobre a controlada são como segue:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Ágio	16.065	16.065
Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A.	509	-
Total - Ativo	16.574	16.065

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A. - Provisão Perda Investimentos	-	(5.493)
Total - Passivo	-	(5.493)

a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

O saldo referente ao investimento pelo método de equivalência patrimonial refere-se em sua totalidade às ações de capital da controlada Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A.

	31/12/2024	31/12/2023
Ações possuídas - Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A.	100	100
Patrimônio líquido	509	(5.493)
Resultado do exercício	(19)	(49)
% de participação	100%	100%

Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A.	31/12/2024	31/12/2023
Ativos totais	1.309	1.312
Passivos totais	800	6.805
Patrimônio líquido	509	(5.493)
Receita líquida	-	-
Resultado do exercício	(19)	(49)

b) Movimentação dos investimentos

Controladora	31/12/2024	31/12/2023
Ágio	16.065	16.065
Provisão para perda de investimentos	-	(5.493)
Investimento	509	-
Saldo final	16.574	10.572

Saldo 31/12/2023	(5.493)
Equivalência patrimonial	(19)
Investimento - aumento capital	6.021
Saldo 31/12/2024	509

Saldo 31/12/2022	(5.444)
Equivalência patrimonial	(49)
Saldo 31/12/2023	(5.493)

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

a) Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia controladora e consolidado estão demonstrados nos quadros a seguir:

	% - Taxas de depreciação a.a.	Controladora	
		31/12/2024 - Líquido	31/12/2023 - Líquido
Móveis e utensílios	10	385	454
Equipamentos de informática	20	670	1.061
Veículos	20	2.309	3.068
Instalações	10	106	123
Benfeitorias	4	805	844
Máquinas e equipamentos	20	1.821	2.561
Ferramentas	20	124	245
Terrenos	-	330	330
Tanques e reservatórios	-	1	1
Intangível em andamento - aquisição sistema	-	857	857
Total		7.408	9.544

	% - Taxas de depreciação a.a.	Consolidado	
		31/12/2024 - Líquido	31/12/2023 - Líquido
Móveis e utensílios	10	390	461
Equipamentos de informática	20	670	1.061
Veículos	20	2.309	3.068
Instalações	10	106	123
Benfeitorias	4	805	844
Máquinas e equipamentos	20	1.821	2.561
Ferramentas	20	124	245
Terrenos	-	330	330
Tanques e reservatórios	-	1	1
Intangível em andamento - aquisição sistema	-	857	857
Total		7.413	9.551

A Companhia e sua controlada revisam anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado no final de cada exercício de relatório.

b) Movimentações no ativo imobilizado

Controladora	Saldos em				Depreciação	Saldos em
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências		
Móveis e utensílios	453	-	-	-	(68)	385
Equipamentos de informática	1.061	-	-	-	(391)	670
Veículos	3.068	11	-	-	(770)	2.309
Instalações	123	-	-	-	(17)	106
Benfeitorias	845	-	-	-	(40)	805
Máquinas e equipamentos	2.561	5	-	-	(744)	1.822
Ferramentas	245	10	-	-	(132)	123
Terrenos	330	-	-	-	-	330
Tanques e reservatórios	1	-	-	-	-	1
Intangível em andamento - aquisição sistema	857	-	-	-	-	857
Total	9.544	26	-	-	(2.162)	7.408

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	SalDOS em					SalDOS em 31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Móveis e utensílios	451	71	-	-	(69)	453
Equipamentos de informática	1.332	190	-	-	(461)	1.061
Veículos	202	3.102	-	-	(236)	3.068
Instalações	53	80	-	-	(10)	123
Benfeitorias	884	-	-	-	(39)	845
Máquinas e equipamentos	902	2.331	-	-	(672)	2.561
Ferramentas	351	53	-	-	(159)	245
Terrenos	330	-	-	-	-	330
Tanques e reservatórios	1	-	-	-	-	1
Intangível em andamento - aquisição sistema	857	-	-	-	-	857
Total	5.363	5.827	-	-	(1.646)	9.544

Consolidado	SalDOS em					SalDOS em 31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Móveis e utensílios	461	-	-	-	(70)	391
Equipamentos de informática	1122	-	-	-	(391)	731
Veículos	3008	11	-	-	(770)	2.249
Instalações	123	-	-	-	(17)	106
Benfeitorias	844	-	-	-	(40)	804
Máquinas e equipamentos	2562	5	-	-	(744)	1.823
Ferramentas	243	10	-	-	(132)	121
Terrenos	330	-	-	-	-	330
Tanques e reservatórios	1	-	-	-	-	1
Intangível em andamento - aquisição sistema	857	-	-	-	-	857
Total	9.551	26	-	-	(2.164)	7.413

Consolidado	SalDOS em					SalDOS em 31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Móveis e utensílios	461	71	-	-	(71)	461
Equipamentos de informática	1.393	190	-	-	(461)	1.122
Veículos	142	3.102	-	-	(236)	3.008
Instalações	53	80	-	-	(10)	123
Benfeitorias	923	-	-	(40)	(39)	844
Máquinas e equipamentos	903	2.331	-	-	(672)	2.562
Ferramentas	349	53	-	-	(159)	243
Terrenos	330	-	-	-	-	330
Tanques e reservatórios	1	-	-	-	-	1
Intangível em andamento - aquisição sistema	857	-	-	-	-	857
3º andar - benfeitorias em imóveis de terceiros	(40)	-	-	40	-	-
Total	5.372	5.827	-	-	(1.648)	9.551

12. Intangível

a) As principais informações sobre o intangível são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ágio	-	-	16.065	16.065
Software	5	11	5	11
Total	5	11	16.070	16.076

b) A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Custo de aquisição - Controladora	Saldo 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2024
Softwares	391	-	-	391
Custo total	391	-	-	391

Amortização - Controladora	Saldo 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2024
Softwares	(380)	(6)	-	(386)
Amortização total	(380)	(6)	-	(386)
Intangível líquido	11	(6)	-	5

Custo de aquisição - Controladora	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2023
Softwares	391	-	-	391
Custo total	391	-	-	391

Amortização - Controladora	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2023
Softwares	(354)	(26)	-	(380)
Amortização total	(354)	(26)	-	(380)
Intangível líquido	37	(26)	-	11

Custo de aquisição - Consolidado	Saldo 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2024
Ágio	16.065	-	-	16.065
Softwares	391	-	-	391
Custo total	16.456	-	-	16.456

Amortização - Consolidado	Saldo 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2024
Softwares	(380)	(6)	-	(386)
Amortização total	(380)	(6)	-	(386)
Intangível líquido	16.076	(6)	-	16.070

Custo de aquisição - Consolidado	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2023
Ágio	16.065	-	-	16.065
Softwares	391	-	-	391
Custo total	16.456	-	-	16.456

Amortização - Consolidado	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2023
Softwares	(354)	(26)	-	(380)
Amortização total	(354)	(26)	-	(380)
Intangível líquido	16.102	(26)	-	16.076

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Direito de uso/arrendamentos

A Companhia reconhece, mensura, apresenta e divulga os registros dos seus arrendamentos operacionais fundamentada nas determinações do IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os ativos são reconhecidos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica isenção de reconhecimento de seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamento com prazo igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Os saldos atinentes aos arrendamentos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

a) Direito de uso

Controladora e Consolidado	% taxa média ponderada		Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024
	de desconto a.a.				
Direito de uso de arrendamento	-		6.380	-	6.380
Amortização	11,91%		(1.477)	(772)	(2.249)
Total			4.903	(772)	4.131

Controladora e Consolidado	% taxa média ponderada		Saldo em 31/12/2022	Adições	Saldo em 31/12/2023
	de desconto a.a.				
Direito de uso de arrendamento	-		6.380	-	6.380
Amortização	11,91%		(944)	(533)	(1.477)
Total			5.436	(533)	4.903

A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo de 01 a 25 anos.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto de 9,50%, com base em consulta a instituições financeiras, média ponderada das captações do exercício.

b) Arrendamentos

Controladora e Consolidado	% taxa média ponderada de desconto a.a.	Saldo em		Amortização		Saldo em
		31/12/2023	Adições	Principal	Juros	
Passivo de arrendamento	-	5.207	-	-621	-552	4.034
(-) Juros a apropriar	9,50%	-	565	-	-	565
Total		5.207	565	-621	-552	4.599

Controladora e Consolidado	% taxa média ponderada de desconto a.a.	Saldo em		Amortização		Saldo em
		31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	
Passivo de arrendamento	-	5.518	-	(311)	-	5.207
(-) Juros a apropriar	9,50%	-	-	-	-	-
Total		5.518	-	(311)	-	5.207

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora e Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	390	1.159
Não circulante	4.209	4.048
Total	4.599	5.207

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	390
2026	438	438
2027 em diante	3.771	3.220
Total	4.209	4.048

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	18.812	53.485	18.842	53.515
Fornecedores internacionais	412	10	412	10
Total	19.224	53.495	19.254	53.525

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

15.1. Empréstimos e financiamentos

Controladora e consolidado	Encargos	31/12/2024	31/12/2023
BDMG - CDB Contrato 331.317/21	TJLP + 4,85% a.a.	159	254
Bradesco - Ford Credit	13,39% a.a	-	2
Banco do Brasil - CCB 339.404.302	5,5% a.a	-	3.111
Banco Daycoval - Risco Sacado (b)	5,0% a.a	-	10
Itaú - Giro (a)	10,69% a.a	-	1.706
Banco Inter - Cédula 8645063/23	5,50% + CDI a.a	417	2.917
Banco Safra - Capital de Giro 1127386	6,60% + 100% CDI a.a	277	2.673
Banco Safra - Capital de Giro 1127424	6,54% + 100% CDI a.a	36	467
Banco Safra - Capital de Giro 1127441	8,43% + 100% CDI a.a	3.850	3.850
Empréstimos de terceiros	-	531	691
Banco Santander S/A - Conta Garantida	-	-	839
Banco Sicoob Cocre - CCB 539163	20,02% a.a	1.683	2.869
Banco Sicoob Divicred - CCB 306240	7,93% a.a	194	1.145
BDMG - Contrato 348.343/22	4,61% a.a	608	836
Banco ABC S/A - Conta garantida	-	23	19
Banco Daycoval - Conta Garantida	-	-	265
Banco do Brasil - 339.203.738	6,65% a.a	-	25
Banco Safra - Capital de Giro 1161401	51,11% a.a	-	365
Banco Daycoval - CCB 103803-8	21,17%	120	173
Banco Itaú - Risco Sacado (b)	-	24	183
Banco BDMG - Finame 355335	4,50% a.a	717	931
Banco BDMG - Finame 360.210/23	3,60% a.a	723	846
Banco BDMG - Finame - Contrato 360212	3,70% a.a	807	945
BDMG - Finame 360225	3,70% a.a	107	125
BDMG - Finame 360227	3,70% a.a	2.131	2.494
Banco Santander - CCB 24680	33,86 a.a	1.015	-
Total		13.422	27.741
Passivo circulante		8.784	18.069
Passivo não circulante		4.638	9.672

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os empréstimos de capital de giro são garantidos por aval dos sócios e não possui cláusulas restritivas (covenants);

(b) A operação é referente à antecipação de recebíveis de nossos fornecedores, em que o banco repassa o valor do pedido de compra para o fornecedor, descontando uma taxa de antecipação que varia entre 1,5% e 2,0%. A contrapartida pode ser vista em créditos a receber. A Companhia mantém convênios de risco sacado com instituições financeiras para estruturar seus compromissos com seus principais fornecedores. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco passa a ser o credor da operação e a Companhia efetua o pagamento do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. A taxa de juros incorrida está incorporada no próprio faturamento do fornecedor, risco sacado comercial, ou será honrada diretamente ao fornecedor no caso de repactuação do prazo.

A movimentação está apresentada conforme a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.741
Captações	4.240
Juros	4.868
Pagamento de empréstimos	(19.854)
Pagamento de juros	(3.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.422
Parcelas a vencer de curto prazo	
2025	8.784
Parcelas a vencer de longo prazo	
2026	2.371
2027	1.789
2028	478
Total longo prazo	4.638
Total	13.422
Saldo em 31 de dezembro de 2022	
Captações	26.960
Juros	8.252
Pagamento de empréstimos	(40.492)
Pagamento de juros	(5.591)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.741
Parcelas a vencer de curto prazo	
2024	18.069
Parcelas a vencer de longo prazo	
2025	5.966
2026	1.747
2027	1.456
2028	503
Total longo prazo	9.672

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2. Debêntures

Controladora e consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Série única (a) / (b)	29.860	42.789
Encargos a apropriar	(6.051)	(7.074)
Total	23.809	35.715
Circulante	6.349	14.286
Total não circulante	17.460	21.429

(a) Em 01 de julho de 2022, a Vision Engenharia e Consultoria S.A. emitiu a série única de debêntures simples, nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, no montante de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), de valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com vencimento em 28 de junho de 2026 e remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de spread de 4,30% a.a. As debêntures estão dispensadas do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385/1976 e alterações, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos dos artigos da Instrução CVM nº 476. A Companhia obteve um custo de transação relacionado às Debêntures de R\$ 2.380.

(b) Em 28 de novembro de 2024 foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas aprovando a alteração da data de vencimento das Debêntures de 28 de junho de 2026 para 28 de junho de 2027, alterando as Datas de Amortização das Debêntures com a inclusão de 6 (seis) meses de carência a partir de novembro de 2024.

Seguem as características gerais das debêntures emitidas pela Vision Engenharia e Consultoria S.A.:

Séries	Qtd. em circulação	Remuneração	Pagamento dos juros
Série única	50.000	100% DI + 4,3% a.a.	Mensal até o vencimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	14.286
2026	9.524	7.143
2027	7.936	-
Total	17.460	21.429

Garantias da primeira emissão

i) Contrato de Cessão Fiduciária entre a Vision Engenharia e Consultoria S.A. a Cemig Distribuição e a Cemig Geração e Transmissão, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado em 06 de julho de 2023, conforme registro no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo – SP e no cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Contagem - MG.

ii) Todos os direitos da Companhia decorrentes da conta vinculada mantida pela Emissora na Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

iii) Todos os depósitos e recursos mantidos ou a serem mantidos a qualquer tempo na Conta Vinculada, incluindo, sem limitação, os valores decorrentes dos Contratos Cedidos e quaisquer investimentos feitos com os recursos da Conta Vinculada ou a ela vinculados.

iv) Fiança prestada pelos Fiadores, os quais se obrigam por este instrumento e na melhor forma de direito, perante os Debenturistas, na qualidade de devedores solidários e principais pagadores solidariamente responsáveis com a Emissora, por todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas nos termos desta Escritura.

A Companhia cumpriu com as condições e parâmetros estabelecidos pela cláusula restritiva (covenants) de nº VI do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Vision Engenharia e Consultoria S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas

Em consonância com a escritura de emissão, a Vision Engenharia e Consultoria S.A obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (covenants):

- a)** Dívida Financeira Líquida/EBITDA menor que: **(i)** 3,25x no exercício social de 2023; **(ii)** 2,75x, no exercício social de 2024; e **(iii)** 2,50x, nos demais exercícios sociais até a Data de Vencimento;
- b)** Margem EBITDA maior que: **(i)** 4,75%, no exercício social de 2023; e **(ii)** 5,00% nos demais exercícios sociais até a Data de Vencimento;
- c)** Outras condições contratuais especificadas na sexta cláusula “Vencimento Antecipado” e sétima cláusula “Obrigações Adicionais da Emissora e dos Fiadores” previstas na escritura de emissão.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	Captações	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	31/12/2024
Série única (a)	42.789	-	3.272	(11.906)	(4.295)	29.860
Encargos a apropriar	(7.074)	-	1.023	-	-	(6.051)
Total	35.715	-	4.295	(11.906)	(4.295)	23.809

	31/12/2022	Captações	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	31/12/2023
Série única (a)	79.869	-	(15.555)	(14.285)	(7.240)	42.789
Encargos a apropriar	(29.869)	-	22.795	-	-	(7.074)
Total	50.000	-	7.240	(14.285)	(7.240)	35.715

16. Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos tributários

Os saldos de obrigações sociais e tributárias estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações sociais				
Salários	1.278	1.952	1.278	1.952
INSS a recolher	388	4.224	388	4.224
FGTS a recolher	279	729	279	729
IRRF a recolher	428	1.395	428	1.395
Provisão de férias	3.101	6.483	3.101	6.483
Outros	91	29	91	29
Total	5.565	14.812	5.565	14.812
Obrigações tributárias				
PIS a recolher	1.340	159	1.340	159
Cofins a recolher	5.869	1.300	5.869	1.300
IRPJ a recolher	112	112	128	128
CSLL a recolher	53	53	55	55
ICMS a recolher	673	880	749	956
INSS retido a recolher	565	600	565	600
ISS a recolher	979	805	979	805
Outros	202	544	202	544
Total	9.793	4.453	9.887	4.547
Total	15.358	19.265	15.452	19.359

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos dos parcelamentos estão demonstrados a seguir:

Parcelamento no	Data	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
0211.00012.0037587286.24-92	23/02/24	4.147	-	4.147	-
0211.00012.0045557669.24-69	25/03/24	1.642	-	1.642	-
0211.00012.0070849093.24-35	10/06/24	2.478	-	2.478	-
0211.00012.0079600949.24-35	05/07/24	1.236	-	1.236	-
0211.00012.0094391428.24-88	03/09/24	1.335	-	1.335	-
0211.00012.0094468834.24-73	02/09/24	475	-	475	-
0211.00012.0094794324.24-35	03/09/24	1.530	-	1.530	-
0211.00012.0102307188.24-40	30/09/24	234	-	234	-
0211.00012.0102708437.24-20	30/09/24	1.041	-	1.041	-
0211.00012.0130372763.24-20	16/12/24	1.569	-	1.569	-
0211.00012.0136145616.24-20	30/12/24	455	-	455	-
PERT	30/08/17	191	233	191	233
Outros parcelamentos	-	345	203	345	206
Total		16.678	436	16.678	439

Parcelamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos federais	16.333	233	16.333	233
Outros parcelamentos	345	203	345	206
Total	16.678	436	16.678	439
Circulante	3.209	178	3.209	181
Total não circulante	13.469	258	13.469	258

Os saldos referem-se aos parcelamentos feitos na esfera federal de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Ao longo de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), programa de parcelamento especial disponibilizado pelo Governo, através da Lei nº 13.496/2017 de 24 de outubro de 2017, que tem prazo de duração de 145 parcelas.

A seguir apresentamos o aging list em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
2025	3.209	3.209
2026	3.926	3.926
2027	3.926	3.926
2028 em diante	5.617	5.617
Total	16.678	16.678

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Adiantamento de clientes

O saldo de adiantamento de clientes refere-se aos valores pagos em forma de antecipação para posterior prestação de serviço ou fornecimento de equipamentos conforme previsto em cada contrato. Os montantes estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Agropecuária Tartarugal	151	151	151	151
Araguaia Niquel Metais	-	33.583	-	33.583
Arcelor Mittal	-	35.458	-	35.458
Brazauro Recursos	16	1.851	16	1.851
CEEE-GT	18	18	18	18
Cemig Distribuição S/A	8.692	14.981	8.692	14.981
Cemig Geração e Transmissão	128	371	128	371
CET Brazil	92	1.289	92	1.289
Companhia Jaguarí de Energia	8	8	8	8
Companhia Siderúrgica Nacional	-	3.276	-	3.276
CPFL	115	161	115	161
Fenix Energias Renováveis	4.981	-	4.981	-
FS Agrisolutions Ind. Biocomb. Ltda.	-	-	135	122
Flsmidth Inc.	21.681	35.701	21.681	35.701
ICSA	-	-	152	152
Jalles Bioenergia	70	-	70	-
LC Energia Renovável Holding	-	161	-	161
Matrix	9.443	-	9.443	-
Mineração Vale Verde	-	672	-	672
Samarco Mineração S/A	1.255	11.410	1.255	11.410
UFV Riacho Geração de Energia Elétrica	1.200	-	1.200	-
Vision Administração e Operação	10	10	10	10
Adiantamentos POC	19.493	16.643	19.493	16.643
Outros	62	62	62	75
Total	67.415	155.806	67.702	156.093
Circulante	67.353	155.744	67.640	156.031
Total não circulante	62	62	62	62

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social era de R\$ 4.172 (R\$ 3.000 em 2023), divididos em 4.172.416 (3.000.002 em 2023) de ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Subscritores	Ações	Ações subscritas	Valor em R\$
Vision Sistemas Ltda.	Ordinárias	4.172.416	4.172

18.2. Reserva de capital

a) Reserva de ágio

Conforme Assembleia Geral Extraordinária do dia 31 de dezembro de 2013 foi registrado como reserva de Capital - Ágio a diferença do valor de aumento de capital e o valor decorrente da incorporação da controlada Vision Serviços e Painéis Elétricos S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3. Reserva de lucros

a) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Em 2023 não foi constituída reserva legal devido ao limite de 20% do capital social previsto em lei ter atingido. Em 2024, devido ao aumento do capital social, foi constituído o valor de R\$ 155 de reserva legal.

b) Reserva de lucros

A reserva de lucros é constituída a partir do resultado da companhia retirando o valor destinado à distribuição de dividendos e a constituição da reserva legal. Conforme a Lei 6.404, Art. 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Para 2025, a companhia optou por realizar o aumento do capital social com o valor excedente para que atenda o artigo da lei especificada.

18.4. Distribuição de dividendos

Aos detentores de ações ordinárias é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25%, que é calculado com base no lucro líquido, ajustado pelas variações patrimoniais das reservas, conforme legislação societária vigente.

O cálculo dos dividendos propostos é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	3.112	29.049
Reserva legal constituída (5%)	(155)	-
Lucro líquido ajustado	2.957	29.049
Dividendos obrigatórios (25%)	(739)	(7.274)
Dividendos adicionais	-	-

Por deliberação dos acionistas, foram distribuídos e pagos apenas os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no Estatuto da Vision Engenharia e Consultoria S.A.

18.5. Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo de Adiantamento para Futuro Aumento De Capital (AFAC), no montante de R\$ 1.172 foi integralizado no capital social da Companhia conforme Ata de Assembleia Geral ocorrida em 25 de março de 2024.

Descrição	2024	2023
Julio de Paula Kierulff	-	1.021
Outros	-	151
Total do adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.172

18.6. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia iniciou a constituição da reserva para incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a LC 160/2017, que alterou a Lei nº 12973/14 Artigo 30º parágrafo 4º. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o valor de R\$ 1.634, em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição de reserva e em 31 de dezembro de 2023 foi constituído o valor de R\$ 18.714 para a reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de cálculo de dividendos e excluindo o mesmo valor da base de cálculo do IRPJ e CSLL conforme artigo 523 do RIR/18. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve constituição de reserva.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita operacional líquida

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Venda de serviços	11.891	20.278
Venda de construção	35.400	109.653
Venda de produtos	219.360	281.093
Ajustes POC	4.519	980
Receita com subvenção (i)	-	35.574
Receita operacional bruta	271.170	447.578
Impostos e deduções sobre vendas	(23.187)	(79.397)
Deduções POC	(165)	(36)
Receita operacional líquida	247.818	368.145

(i) Até o exercício findo em 2023, a receita de subvenção para investimentos está relacionada ao Regime Especial concedido à Vision pelo Governo do Estado de Minas Gerais e que permite a apropriação de crédito presumido de ICMS em suas operações de venda. Estes créditos, até o exercício findo em 2023, foram considerados subvenção para investimento com base na LC 160/2017 em seu parágrafo 4º. A partir de 2024, em virtude da lei 14.789/23, não mais existindo a receita de subvenção, tais valores comumente recebidos de forma periódica pela Companhia, decorrente de incentivos fiscais de ICMS, na forma de ativo monetário (crédito presumido), passam a ser reconhecidos no resultado ao longo do exercício correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

20. Outras receitas

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Créditos recebidos reconhecidos como receita	-	7.472
Indenizações recebidas	-	1.316
Total	-	8.788

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Créditos recebidos reconhecidos como receita	-	7.472
Indenizações recebidas	-	1.316
Reversão de provisão	55	-
Total	55	8.788

21. Custos e despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(2.891)	(3.281)	(2.891)	(3.281)
Despesas de viagem	(1.347)	(970)	(1.347)	(970)
Despesas com aluguel	(1.028)	(1.583)	(1.028)	(1.583)
Locações e prestações de serviços	(1.004)	(884)	(1.007)	(887)
Produtos e equipamentos	(202.536)	(333.209)	(202.579)	(333.224)
Depreciação e amortização	(2.940)	(2.205)	(2.942)	(2.207)
Outros	(4.002)	(4.533)	(4.007)	(4.538)
Total	(215.748)	(346.665)	(215.801)	(346.690)

Classificadas como:

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(202.536)	(333.209)	(202.579)	(333.224)
Despesas gerais e administrativas	(13.212)	(13.456)	(13.222)	(13.466)
Total	(215.748)	(346.665)	(215.801)	(346.690)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Juros recebidos	1	131	1	131
Descontos recebidos	106	95	106	95
Rendimentos de aplicações financeiras	1.054	2.851	1.054	2.851
Outras receitas financeiras	236	1.538	236	1.538
Receitas financeiras oriundas de ações judiciais	-	63	-	63
Variação monetária ativa	36	75	36	75
Total receitas financeiras	1.433	4.753	1.433	4.753
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(5.126)	-	(5.126)	-
Despesas bancárias	(7)	(10)	(7)	(10)
Despesas de cobrança	(477)	(430)	(477)	(430)
Juros pagos	(2.406)	(4.756)	(2.406)	(4.757)
Multas pagas	(11.034)	(897)	(11.034)	(897)
Tarifas bancárias	(191)	(319)	(196)	(324)
Variação monetária passiva	(416)	(152)	(416)	(152)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.868)	(8.252)	(4.868)	(8.269)
Perdas com derivativos de SWAP - AVJ	-	(79)	-	(79)
Despesas com debêntures	(4.295)	(7.386)	(4.295)	(7.386)
Juros sobre arrendamento	(565)	(590)	(565)	(590)
Outras despesas financeiras	(987)	-	(1.003)	-
Total despesas financeiras	(30.372)	(22.871)	(30.393)	(22.894)
Resultado financeiro líquido	(28.939)	(18.118)	(28.960)	(18.141)

23. Provisão para riscos

Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação da provisão para riscos passivos oriundos do curso normal das atividades da Companhia e sua controlada, leva em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos judiciais e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos trabalhistas	3	282	53	340
Provisão para riscos tributárias e cíveis	30	120	30	120
Total	33	402	83	460

A Companhia e sua controlada é ré em processos nos quais os seus correspondentes jurídicos estimam um total de perdas possíveis no montante de R\$ 32.967 em 2024 (R\$ 27.043 em 2023) referente a ações trabalhistas, tributárias e cíveis.

A seguir, a movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	675
Provisão	402
Reversão	(675)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402
Provisão	33
Reversão	(402)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	747
Provisão	460
Reversão	(747)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	460
Provisão	83
Reversão	(460)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	83

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Gestão financeira

A Companhia e sua controlada possuem operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, especialmente relacionados à moeda e à taxa de juros.

b) Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

c) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e dívidas com taxas de juros variáveis, principalmente CDI.

d) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada efetuaram a avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação, requerem considerável nível de julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros não difere significativamente dos apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros

A Companhia e sua controlada possuem cobertura de seguro de responsabilidade para danos pessoais a terceiros e danos materiais a ativos tangíveis, bem como para riscos de incêndio, relâmpagos, danos elétricos, fenômenos naturais e explosões de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis para seus ativos e/ou suas responsabilidades. As premissas de riscos adotados, dada a natureza e sua peculiaridade, não foram revisadas por nosso auditor independente. Conforme a tabela seguinte, essa obrigação vem sendo cumprida:

Modalidade	Valor assegurado	Vigência	
		De	Até
Automóvel - frota	100% fipe	21/03/2024	21/03/2025
Patrimonial - compreensivo empresarial	23.000	30/09/2024	30/09/2025

26. IRPJ e CSLL Diferidos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
(-) Provisão para Perdas	-	3.662
Despesas com Provisões	-	315
Total	-	3.977
CSLL Diferido - 9%	-	358
IRPJ Diferido - 25%	-	994
Créditos Fiscais de IRPJ e CSLL Diferidos	-	30.232
CSLL Diferido - 9%	-	2.721
IRPJ Diferido - 25%	-	7.558
Ressarcimento saldo negativo CSLL	-	1.441
Ressarcimento saldo negativo IRPJ	-	3.876
IRPJ Diferido	-	12.428
CSLL Diferido	-	4.520

27. Transações que não afetam caixa

A Companhia realizou transações que não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a pagar	739	7.274
Aumento do Capital Social - AFAC	1.172	-
Reversão da PECLD	3.662	-
Total	5.573	7.274

28. Eventos subsequentes

A administração da Companhia e sua controlada avaliam anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Até março de 2025, não ocorreram eventos subsequentes relevantes na Companhia e sua controlada.

* * *

Luisa Maria Carvalho de Lima

CRC/MG nº 046.328

Vision Engenharia e Consultoria S/A

CNPJ: 05.537.083/0001-76